

# Que caminho para Portugal?

Porque é uma questão fulcral para a coesão e desenvolvimento dos países e para o bem-estar dos povos, a estratégia para a energia deve ser discutida e resolvida politicamente, num espaço alargado e integrado em grandes regiões como propõe a Comissão, não de uma forma teórica, inconstante e conjuntural

O desafio da Energia deve ser resolvido com determinação e realismo, com equilíbrio, com o máximo de consenso, e, sobretudo, com a garantia de que as soluções são para perdurar e não mudam com o governante de serviço. Porque é uma questão fulcral para a coesão e desenvolvimento dos países e para o bem-estar dos povos, a respetiva estratégia deve ser discutida e resolvida politicamente, num espaço alargado e integrado em grandes regiões como propõe a Comissão, não de uma forma teórica, inconstante e conjuntural, mas atendendo às condições específicas e de natureza estrutural existentes, coordenadamente e com um mínimo de estabilidade no tempo que dê confiança aos *players* permitindo a obtenção de resultados a longo prazo, e, ainda, sujeita a regras e critérios de regulação comuns definidas por entidades independentes com sensibilidade económica e social.

Não é isto que tem acontecido em Portugal: cada Governo que chega define a sua política energética que não tem tempo para implementar e que é diferente da que vinha a ser anteriormente seguida. O Parlamento nunca foi chamado a aprovar uma estratégia energética, qualquer que fosse. A integração regional, já existente ao nível da eletricidade, não consegue afastar os enfoques nacionais. A garantia da segurança de abastecimento levou a um excesso de capacidade instalada relativamente ao consumo existente e esperado. A redução da dependência energética traduziu-se num desbaratar de subsídios à produção com sobrecustos difíceis de absorver. A tão falada liberalização cedeu à regulamentação pormenorizada desincentivadora de novos investimentos nos

**“Houve sempre e continua a haver boas intenções: a redução das denominadas rendas excessivas é uma delas. Mas como conseguiu face à blindagem dos contratos assinados em nome da liberalização do mercado? As indemnizações superariam seguramente o decréscimo que se viesse a obter”**

setores regulados cujas tarifas, que deviam ceder aos preços de mercado, acabam contraditoriamente por afastá-los da preferência dos consumidores.

O resultado visível desta situação, e que é uma verdadeira bomba relógio se não se fizer uma inversão de marcha, é o défice tarifário que atinge presentemente, na eletricidade, mais de 3,7 mil milhões de euros e tende a aumentar em cerca de 800 milhões de euros por ano. Sempre que adiamos a resolução de um problema, mais tarde ou mais cedo, vamos todos ter de pagar o seu custo, e com juros acrescidos.

Houve sempre e continua a haver boas intenções: a redução das denominadas “rendas excessivas” é uma delas. Mas como conseguiu face à blindagem dos contratos assinados em nome da liberaliza-

ção do mercado? As indemnizações superariam seguramente o decréscimo que se viesse a obter.

Mas há soluções. Para além do necessário e gradual ajustamento transparente dos preços da energia ao mercado, não podemos pôr de lado as políticas de poupança de energia e de eficiência energética que já começa a mostrar resultados visíveis, das novas tecnologias para redes inteligentes, para o armazenamento de eletricidade e para um aproveitamento integral e mais económico dos nossos recursos endógenos – sol, vento, água e biocombustíveis de segunda geração. Não se deve perder a aposta nas energias renováveis tão positivas para o ambiente, para o emprego e para o equilíbrio da nossa balança comercial. Deve ser dada uma atenção especial ao mercado de carbono e incentivá-lo através de leilões de novas licenças, contrariando o laxismo com que têm sido fixadas as metas de emissão das empresas mais poluentes e que determinou a sua cotação atual em níveis não expectáveis. Os incentivos, que admito continuem a existir, devem ser redirecionados da produção para o consumo, no sentido de promoverem a poupança e o recurso às fontes mais competitivas, sem prejuízo de estimularem mais a competitividade e eficiência dos operadores e apoiarem o seu desenvolvimento e internacionalização.

São apenas algumas ideias gerais, entre muitas outras que poderia referir, e que não podem deixar de ser consideradas no âmbito da discussão de uma política energética que assente num modelo de racionalidade económica e que responda aos interesses permanentes das famílias e das empresas.



Rui Pena

sócio fundador e senior partner da CMS – RPA, tem centrado a sua atividade na área do Direito Administrativo, em especial no domínio da Contratação Pública, Energia e Ambiente

# Coerência precisa-se

Portugal tem hoje de fazer um papel fundamental. E neste contexto multifacetado, complexo e desafiante, o passado tem de ser substituído por prioridades, mais simples e menos ambiciosas em termos

Quem circular pelas estradas de Portugal não pode deixar de notar a profusão de aerogeradores erigidos no topo de montes e colinas um pouco por toda a parte. Não podemos deixar de constatar que são um claro indício das profundas mudanças verificadas nos últimos anos no mercado energético nacional.

Podemos, sem dúvida, dizer que desde o início da última década do século XX se assiste em Portugal a uma profunda mudança de paradigma energético, com reflexos mais ou menos evidentes em todos os segmentos deste sector. Reorganizaram-se e privatizaram-se as principais empresas energéticas, efectuaram-se grandes investimentos em aprovisionamento, produção, armazenagem e distribuição, liberalizaram-se actividades, estimulou-se a concorrência, simplificaram-se processos e procedimentos, fomentou-se a inovação e o desenvolvimento de novas fontes e produtos, procurou-se criar condições para o desenvolvimento de *clusters* de novas actividades geradoras de empregos e receitas de exportação, tentaram-se receitas para reduzir a dependência externa, adoptou-se nova regulação para protecção dos interesses dos *stakeholders*, enfatizaram-se os temas do respeito pelo ambiente e segurança, da responsabilidade e da sustentabilidade, desenvolveu-se uma nova linguagem de marketing para suportar o crescimento dos volumes de negócio, criaram-se novas e mais sofisticadas formas de consumo. Poderíamos dizer que as-